

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.246 - SP (2019/0293355-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : F J DE S H  
**RECORRENTE** : V H DE S (MENOR)  
**REPR. POR** : C M H D  
**ADVOGADOS** : PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA E OUTRO(S) - SP032440  
PAULO CARVALHO CAIUBY - SP097541  
**RECORRIDO** : J DE S  
**ADVOGADOS** : CIBELE PINHEIRO MARÇAL CRUZ E TUCCI - SP065771  
VAGNER MENDES BERNARDO E OUTRO(S) - SP182225

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. 1. ART. 1.015 DO CPC/2015. ROL DE TAXATIVIDADE MITIGADA. POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE QUESTÕES DISTINTAS DAQUELAS HIPÓTESES EXPRESSAMENTE PREVISTAS NO DISPOSITIVO LEGAL. NECESSIDADE DE URGÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RESPS REPETITIVOS N. 1.696.396/MT E N. 1.704.520/MT. INAPLICABILIDADE DA REFERIDA TESE À ESPÉCIE. 2. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. CORRETA SUA INCIDÊNCIA NO CASO. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

## **DECISÃO**

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por F. J. de S. H. e V. H. de S. contra decisão que, nos autos da ação de alimentos ajuizada em desfavor de J. de S., determinou, em razão da iminência da maioria civil de um dos autores, a regularização processual, sob pena de extinção.

A Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à insurgência, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 830-836):

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU O RECURSO POR AUSÊNCIA DE REQUISITO EXTRÍNSECO: ADEQUAÇÃO. Agravo de instrumento interposto contra decisão judicial que determinou a regularização da representação processual do agravante que atingiu a maioria civil. Hipótese não elencada no rol taxativo do art. 1015 do CPC/2015. Decisão monocrática que não o conheceu por descabimento do recurso. Recurso protelatório. Ausência de qualquer inconsistência no

# Superior Tribunal de Justiça

fundamento da decisão. Imposição de multa. RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, F. J. de S. H. e V. H. de S. apontam ofensa aos arts. 76, 1.015, *caput* e VII, e 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Defendem, em síntese, que a indevida determinação da regularização da representação processual do alimentando, configura hipótese de exclusão de litisconsorte, sendo cabível, portanto, a interposição de agravo de instrumento.

Afirmam ser desnecessária a regularização da representação processual, pois o alimentando atingiu a maioria durante a tramitação do feito.

Buscam, por fim, o afastamento da multa aplicada no julgamento do agravo interno.

Contrarrazões apresentadas às fls. 860-876 (e-STJ).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-SJT, fls. 916-920).

Brevemente relatado, decido.

No tocante ao cabimento do agravo de instrumento, a Corte Especial do STJ, sob o regramento dos recursos repetitivos, ao julgar os Recursos Especiais de n. 1.696.396/MT e de n. 1.704.520/MT (Tema 988/STJ), firmou a seguinte tese: o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Na ocasião, foi afastada a possibilidade de utilização da interpretação extensiva ou analógica às hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previstas no art. 1.015 do CPC/2015, concluindo-se pela taxatividade mitigada do citado dispositivo legal para admitir a interposição do agravo, mesmo nos casos desprovidos de previsão legal, quando evidenciada a urgência na tutela jurisdicional requerida.

Contudo, a fim de prestigiar a segurança jurídica, foi aplicada a modulação

# *Superior Tribunal de Justiça*

dos efeitos da tese jurídica pacificada, com fundamento no art. 23 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro - LINDB, determinando que esta tese produza efeitos apenas em relação às decisões interlocutórias proferidas após a publicação dos acórdãos que a fixou.

A citada segurança jurídica reside na proteção às partes que, acreditando na taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015, deixaram de impugnar, através de agravo de instrumento, as questões julgadas por decisão interlocutória e não previstas expressamente nesse artigo, e também não pudessem mais fazê-lo em apelação ou contrarrazões de apelação, porquanto operada a preclusão.

Assim, para as decisões interlocutórias publicadas a partir da entrada em vigor do CPC/2015 (18/3/2016) e antes da publicação dos arestos dos recursos repetitivos (19/12/2018), só se admite o agravo de instrumento para discutir as hipóteses expressamente previstas no diploma processual em vigor, sendo que as demais matérias devem ser levadas à reapreciação do Tribunal em apelação ou contrarrazões de apelação.

Na hipótese em apreço, a Corte de origem, em consonância com a jurisprudência do STJ, não conheceu do agravo de instrumento, por entender que a decisão recorrida não se enquadra em qualquer uma das hipóteses previstas no rol taxativo do artigo 1.015 do CPC/2015, uma vez que apenas determinou a regularização da representação processual do autor que atingiu a maioria.

Assim, tendo em vista que o julgado agravado foi publicado em janeiro de 2018, ou seja, antes da publicação do acórdão prolatado pela Corte Especial nos REspS de n. 1.696.396/MT e de n. 1.704.520/MT, mostra-se, de fato, descabida a sua interposição, sendo de rigor a manutenção do aresto recorrido que não conheceu da insurgência.

Por fim, registre-se que esta Corte Superior tem entendido que o mero não conhecimento ou improcedência do agravo interno não enseja a necessária imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, sendo imperioso para tal que seja nítido o descabimento do recurso.

Veja-se:

# Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO NCPC. DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DE 18/MAR/16. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RECURSO INTERNO. NÃO CONHECIMENTO OU IMPROCEDÊNCIA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. ANÁLISE CASUÍSTICA. INOCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo nº 7/STJ, "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

2. O mero não conhecimento ou improcedência de recurso interno não enseja a automática condenação na multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, devendo ser analisado caso a caso, sob pena de afronta ao próprio direito de petição, estabelecido no art. 5º, XXXIV, da CF.

3. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp n. 1.480.859/DF, Relator o Ministro Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017)

Contudo, na hipótese dos autos, o acórdão recorrido justificou a aplicação da sanção no fato de que a regularização processual é consectário de expressa previsão legal, extraindo-se um ânimo impiedoso e inútil de recorrer.

Assim, não obstante a incidência da multa não seja automática, na hipótese dos autos sua aplicação foi fundamentada, merecendo prevalecer o entendimento adotado pela Corte *a quo*.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator